

Sumário

Apresentação, 11

Prefácio, 15

1. Introdução, 19

2. Imunidades Jurisdicionais em Direito Internacional Público, 23

3. Imunidades Internacionais, 29

3.1. Histórico e Fundamentos, 29

3.2. Imunidades das Organizações Internacionais, 36

3.3. Imunidades do Pessoal a Serviço das Organizações Internacionais, 48

3.4. Imunidades do Pessoal das Missões Junto a Organizações Internacionais, 56

4. Nova Orientação no Direito das Imunidades Internacionais, 65

4.1. Tendências no Direito das Imunidades Jurisdicionais em Consequência do Desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos, 65

4.2. Imunidades de Estados Estrangeiros em Oposição a Imunidades de Organizações Internacionais: Dissipando a Confusão, 69

4.2.1. Imunidades de Estados estrangeiros, 69

- 4.2.2. Exceções às imunidades de Estados estrangeiros, 82
 - 4.2.3. Inadequação do método das imunidades estatais às imunidades internacionais, 100
 - 4.3. As Imunidades de Agentes de Estado como Referência para as Imunidades Internacionais, 105
 - 4.3.1. Imunidades de agentes diplomáticos, de funcionários consulares e de altos funcionários estatais, 105
 - 4.3.2. O alcance das imunidades de caráter funcional, 126
 - 4.4. Desafio para o Princípio das Imunidades Internacionais: O Princípio da Não Denegação de Justiça, 130
 - 4.4.1. O princípio da não denegação de justiça como direito fundamental, 130
 - 4.4.2. A relação entre o princípio da não denegação de justiça e o princípio da imunidade jurisdicional, 139
 - 4.4.3. Pela restrição excepcional das imunidades internacionais, 146
- 5. A Prática Brasileira com Respeito às Imunidades Internacionais, 159**
- 5.1. O Papel do Executivo, 159
 - 5.2. A Jurisprudência dos Tribunais, 166
- 6. Conclusão, 181**
- 7. Referências, 187**
- 8. Anexos, 199**